

## Avanços no desenvolvimento de fitoterápicos no país

A consolidação das políticas públicas estabelecidas pelo Ministério da Saúde para o setor de plantas medicinais e fitoterápicos no Brasil teve como marco inicial a publicação da Portaria Ministerial MS/GM nº 971, de 03 de maio de 2006, que aprovou a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde (SUS). Esta iniciativa foi seguida pelo Decreto nº 5.813, de 22 de junho de 2006, que aprovou a Política Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos (PNPMF). Desde então, inúmeras ações vêm sendo realizadas nos mais diferentes setores visando solidificar, com bases científicas, o emprego de plantas medicinais e de fitoterápicos no sistema de saúde brasileiro. Um importante fruto destas ações foi a publicação, pela ANVISA, da 1ª edição do Formulário de Fitoterápicos da Farmacopeia Brasileira em 2011. O formulário é constituído de 47 monografias de drogas vegetais para infusos e decoctos, 17 tinturas e 18 monografias de diferentes formas farmacêuticas como xarope, pomada, sabonete, cremes e soluções. Este ano a ANVISA publica o 1º suplemento do Formulário, no qual o capítulo de tintura foi revisado (15 monografias) e 25 novas monografias acrescentadas. Uma particularidade é a inclusão do capítulo de cápsulas, não contemplada no Formulário de 2011, com 28 monografias sendo que, destas, 19 espécies não estavam descritas no Formulário (2011). A recente chamada do CNPq e Ministério da Saúde (MS), por intermédio do Departamento de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (Decit/SCTIE) - Chamada CNPq/MS/SCTIE/Decit Nº 19/2018 / Fitoterápicos – demonstra que há uma continuidade deste trabalho, pois a mesma objetiva, em suas duas linhas temáticas (linha 1 - inovação em fitoterápicos; linha 2 - estudos clínicos utilizando fitoterápicos), o estudo com 9 espécies que já constam no formulário e/ou no 1º suplemento e mais 8 novas espécies. Esta iniciativa retrata o reconhecimento, por parte dos órgãos de fomento, que os estudos envolvendo produtos naturais são partes de um arsenal de trabalhos de pesquisa realizados pelas Universidades e Institutos de pesquisa em todo país e que, sem dúvida, devem ser incentivados, mesmo em momentos difíceis como os que estamos vivenciando hoje, frente aos cortes de recursos voltados para as áreas de educação, saúde e de ciência e tecnologia.

*Mônica Freiman de Souza Ramos,*  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Farmácia

*Arianne Cunha dos Santos Vaucher,*  
Universidade Federal do Rio de Janeiro